

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião do Grupo de Trabalho para Análise de Estudos sobre Transposição”

Documento convocatório: Ofício CBHLSJ n.º 145/2020, de 28 de julho de 2020

Data: 12/08/2020

Hora: 14h

Local: Videoconferência (plataforma *JitsiMeet*)

Presentes:

Membros: Luiz Teixeira (P.M.C.F); Francisco Guimarães (APAAPP); Gabriela Coutinho (PROLAGOS); Amanda Bulhões (PROLAGOS); Nathália Bragança (CAJ); Orlando Pacheco (Ass. Raízes);

Convidados: Firmino (INEA); Arnaldo (Viva Lagoa); Mário Márcio (PROLAGOS); Márcio Cardoso (OAB-Iguaba); Adriana Saad (CILSJ); Evanildo (P.M.A.B); Izabela Souza e Raphael (Ass. Raízes); Dimas Tadeu (P.M.S.P.A); Diego Moraes (OAB-Iguaba); Marianna Cavalcante (CILSJ); Jéssica Berbat (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ); Pablo Oliveira.

Pauta:

- 1 – Eleição do Coordenador do GT Transposição;
- 2 – Discussão sobre os resultados do Estudo sobre Transposição dos efluentes tratados para a bacia do rio Una.
- 3 – Assuntos gerais.

Resumo:

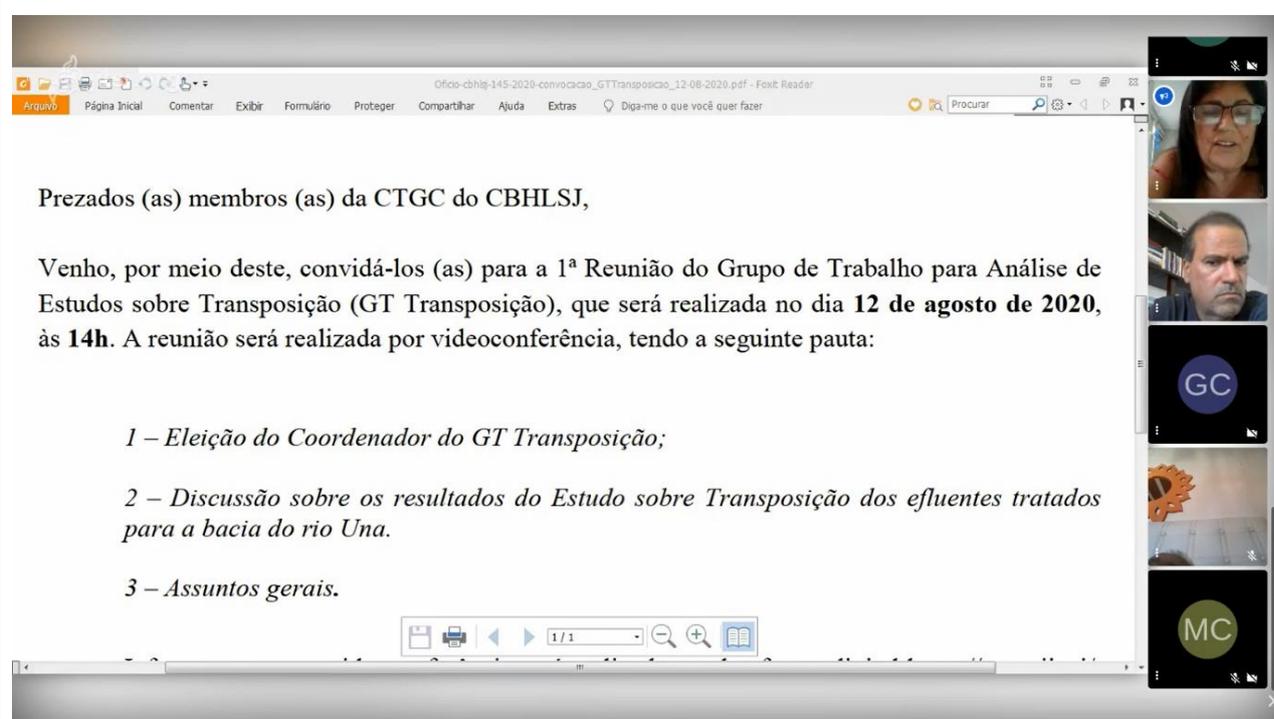
A Sra. Adriana Saad, Secretária Executiva do CILSJ, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, questionou aos membros presentes se gostariam de candidatar-se a coordenador do Grupo de Trabalho. No primeiro momento, ninguém se manifestou. Sendo assim, ficou decidido que seria dado um tempo para que os presentes pudessem pensar sobre o assunto. Prosseguiu-se para o item 2 - Discussão sobre os resultados do Estudo sobre Transposição dos efluentes tratados para a bacia do rio Una, no qual a Sra. Adriana Saad contextualizou que, após as apresentações dos estudos feitos pela Prolagos, o CILSJ criou um grupo, formado pelo Sr. Firmino, do INEA, o Sr. Arnaldo Villa Nova, da Associação Viva Lagoa e o Sr. Eduardo Pimenta, da Universidade Veiga de Almeida, no qual analisaram os documentos, a fim de fomentar as discussões. Continuou destacando a proposta de emissários, ao invés da transposição da ETE Cabo Frio, para o Córrego Malhada, na qual, em questões ambientais, a Prolagos julgou ser o mais viável. Quanto às transposições de Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, o último estudo constatou que não era viável, pois havia riscos de alagamentos e, por isso, foi proposto estender os tubos existentes, localizados na beira da praia destes municípios, adentrando para o canal da Lagoa de Araruama. Acrescentou que esses projetos demorariam quatro anos, aproximadamente, para serem concretizados, devido às questões de licenciamento, entre outras. Contudo, o grupo formado acreditava que as transposições em Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia seriam a opção mais viável, pois traria mais benefícios à balneabilidade da lagoa, não sendo identificada a possibilidade de alagamentos, conforme foi apontado pelo estudo. Sendo assim, externou que as concessionárias deveriam fazer ações de dragagens, enquanto fosse despejada a carga orgânica na Lagoa de Araruama, mesmo com os projetos sendo ou não executados, contribuindo para a circulação e

renovação da água da Lagoa. A Sra. Gabriela Coutinho, da Prolagos, informou que ainda não possuíam as licenças para a execução dos projetos, somente outorgas. O Sr. Firmino, do INEA, fez um breve resumo histórico sobre o início das discussões com as concessionárias, nos anos 2000, quando foi definido o cronograma de investimento em saneamento da Região dos Lagos. Nesta discussão, dois pontos ficaram claros: o primeiro era que a capacidade de investimento das concessionárias tinha um limite, porém este limite conseguiria contemplar a rede separativa para a região inteira; e o outro era o fator limitante de fósforo e nitrogênio da Lagoa de Araruama que demonstrava que esta não poderia receber nenhuma carga a mais desses nutrientes. Por este motivo, a Prolagos, na época, optou pelo sistema terciário, que reduziria significativamente esses nutrientes. Acrescentou que o projeto de emissários em Cabo Frio era uma boa solução para o cenário atual. Entretanto, em seu estudo, observou que uma parte do lodo estaria se acumulando nas galerias de esgoto, devido à baixa declividade destes e que, quando chovia, esse lodo era lançado na lagoa, sem tratamento, causando o fenômeno que acontecia no Canal Siqueira. Portanto, deveria ser dado um foco maior à solução deste problema, pois mesmo com emissário ou transposição, o problema continuaria. Concluiu, corroborando a fala da Sra. Adriana Saad, sobre a dragagem da Lagoa de Araruama enquanto fossem despejados os efluentes na lagoa. O Sr. Arnaldo Villa corroborou a fala do Sr. Firmino e da Sra. Adriana Saad. O Sr. Mário Márcio, da Prolagos, afirmou que 20% da população das margens da Lagoa de Araruama ainda não tinham seus esgotos captados por nenhum tipo de sistema de esgoto, mas que já havia projetos que abrangeriam esta população. Entretanto, concordou que havia um problema de acúmulo de lodos nas galerias. Prosseguiu, informando que o Ministério Público Federal solicitou para a Prolagos que fossem elaboradas propostas de soluções mais eficientes para a retirada de sólidos nos macro canais e retirada dos sedimentos da orla da Praia do Siqueira. Entretanto, a Prolagos não era especializada em dragagem e nem era uma condição contratual. Porém, estavam discutindo com INEA, e encontrariam a melhor solução para estes problemas. O Sr. Francisco Guimarães, da APAAPP, sugeriu que fosse feito um levantamento, em questões jurídicas, da poluição de qualquer natureza, e proposto outros cenários mais eficazes a médio e longo prazo, como, por exemplo, em Arraial do Cabo, na qual o emissário despejaria os efluentes na Praia do Pontal ao invés da Praia Grande, mostrando sua viabilidade econômica; e no Rio Una, ao invés de calha, seria por tubulação, despejando os efluentes, via emissário, em águas continentais. Sugeriu que fossem solicitadas à Câmara Técnica de Monitoramento, análises atuais, principalmente, nos pontos das ETE's, e que a PROLAGOS elaborasse uma nota técnica sobre esses estudos, acrescentando os cenários citados. O Sr. Orlando Pacheco, da Associação Raízes, expressou que os canais da lagoa teriam tampões e que, com isso, os municípios poderiam solicitar a retirada dos resíduos com carro vacol, e sugeriu que fosse feita a transposição da comporta do Canal Siqueira para o Canal Palmer. O Sr. Luiz Teixeira, da Prefeitura de Cabo Frio, afirmou que os lodos acumulados nas galerias de esgoto estariam reagindo com as manilhas de cimento que fazem a coleta de água pluvial, devido ao seu processo de decomposição, fragilizando-as, acarretando uma maior deposição desses lodos e, conseqüentemente, dificultando o escoamento do esgoto. Desta forma, os custos de manutenção das manilhas estariam ficando a cargo da Prefeitura de Cabo Frio, ao invés da Prolagos. Acrescentou que deveriam ser feitas ações imediatas na Lagoa de Araruama, enquanto não eram concretizados os projetos de emissários ou transposições, corroborando com a fala do Sr. Orlando sobre a transposição da comporta do Canal Siqueira para o Canal Palmer. O Sr. Evanildo, da Prefeitura de Armação dos Búzios, pediu esclarecimentos sobre os instrumentos legais que regularizariam a realização de emissário subfluvial. A Sra. Gabriela Coutinho afirmou que existiam ferramentas e instrumentos legais que licenciavam os emissários, contemplados na legislação federal CONAMA N° 430, na qual, tratava do padrão de lançamento para emissário e dos corpos hídricos, discutidos dentro do licenciamento e escopo técnico, e seriam licenciados pelo IBAMA, com interface do INEA, pois a área de aplicação dos projetos estava localizada em

uma RESEX. O Sr. Mário Márcio informou que o estudo feito pela COPPE abordava o cenário de emissário pela Praia do Pontal, citado pelo Sr. Francisco Guimarães. Contudo, a partir do momento que as vazões de efluentes de Cabo Frio eram incluídas, tornava inviável o projeto. Entretanto, no contexto de estudo hidrodinâmico do emissário com CAPEX, constatou-se que pela Praia Grande seria mais viável, tanto no quesito ambiental, quanto no quesito de engenharia, e por isso, a escolha deste. O Sr. Francisco Guimarães afirmou que a proposta na qual havia pensado, era o direcionamento dos efluentes de Cabo Frio e Armação de Búzios para a ETE Jardim Esperança, e o emissário pela Praia do Pontal contemplaria, apenas, os bairros de Arraial do Cabo. Acrescentou que o estudo da COPPE não abordava questões culturais de pesca e danos ambientais. A Sra. Gabriela Coutinho afirmou que essas questões eram abordadas no EIA/RIMA, e sua elaboração seria feita durante o processo de licenciamento, depois que fosse definido o projeto executivo. Acrescentou que, em pesquisas acadêmicas, foram observados exemplos de emissários licenciados em RESEX que, inclusive, trouxeram benefícios para a biota marinha e para a fauna local. A Sra. Adriana Saad ressaltou que a RESEX de Arraial do Cabo era incomparável com qualquer outra, devido ao fenômeno da ressurgência, e questionou se havia uma previsão do quanto o emissário iria onerar na conta d'água. O Sr. Francisco Guimarães lembrou que qualquer projeto no âmbito da RESEX seria analisado pelo seu Conselho, conforme estava especificado na legislação do SNUC. Sobre o questionamento do impacto dos projetos na tarifa, o Sr. Mário Márcio afirmou que não saberia responder, pois precisaria do projeto executivo pronto. Entretanto, acreditava-se que o projeto de emissário impactaria bem menos na tarifa do que o projeto de transposição da ETE Cabo Frio para a ETE Jardim Esperança. O Sr. Firmino afirmou que o Córrego Malhada, que recebia os efluentes da ETE Jardim Esperança, comportaria receber os efluentes da ETE Cabo Frio e acrescentou que o problema de sólidos em suspensão na foz do Rio Una, apontado no estudo, dificilmente seria um impedimento para a realização do projeto, mas que, ainda assim, não seria a melhor opção. Concluiu que os valores de investimentos de CAPEX ou OPEX deveriam ser apresentados à comunidade, sendo discutida a melhor opção para todos. O Sr. Evanildo solicitou que fosse falado sobre o licenciamento no Rio Una. A Sra. Gabriela Coutinho informou já tinham as outorgas de transposição para a bacia Rio Una em Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, e que os licenciamentos já estariam com todos os documentos protocolados no INEA, com pendência da anuência da travessia do Canal Itajuru, pela Capitania dos Portos; anuência da travessia na rodovia, pelo DER-RJ; e, em Iguaba Grande, a finalização de análise pelo INEA. O Sr. Arnaldo Villa informou que, em 2010, o contrato com a Prolagos foi reequilibrado para que fosse feita a transposição da ETE Cabo Frio para a ETE Jardim Esperança, e o recurso destinado para a execução do projeto, que seria entregue à concessionária, já havia sido debitado na tarifa d'água na época; porém, o projeto não foi realizado até hoje. A Sra. Gabriela Coutinho afirmou que um esclarecimento formal para a colocação do Sr. Arnaldo Villa cabia a Sra. Niella Morato, do setor jurídico da Prolagos, e, portanto, iria convidá-la para uma próxima reunião. O Sr. Raphael, da Associação Raízes, questionou se haveria alguma audiência pública para discussão com a população, principalmente com a comunidade da Praia do Siqueira, que sofria diretamente com o passivo ambiental da Lagoa. A Sra. Adriana Saad informou que este assunto ainda estaria nas discussões iniciais e que nada havia sido decidido. Entretanto, tal questionamento seria levado a diante para as esferas responsáveis, tomando as devidas providências. Depois de finalizadas as discussões sobre o item 2, voltou-se para a eleição do coordenador do Grupo de Trabalho Transposição, na qual foram indicados os Srs. Francisco Guimarães, Firmino e Arnaldo Villa. Por fim, ficou decidido que o Sr. Francisco Guimarães seria o coordenador do grupo de trabalho, não havendo oposições por parte dos membros presentes. A Sra. Adriana Saad fez um breve resumo dos encaminhamentos por parte do grupo, destacando: a colocação do Sr. Marcio Cardoso, da OAB-Iguaba, que teria uma proposta de reuso dos efluentes tratados, ao invés de transposição, para Iguaba Grande, baseado em sua tese; as proposições feitas pelo Sr. Francisco Guimarães, de

estudos jurídicos, apresentação de novas propostas de cenários de emissários e conversão da ETE Jardim Esperança para estação terciária; e, por fim, a proposta inicial do grupo formado pelo CILSJ, em que deveria ser considerada a dragagem, caso optassem pelos lançamentos de efluentes para o meio da Lagoa de Araruama, e que fossem reavaliadas as questões das transposições. Em seguida, o Sr. Francisco Guimarães fez suas considerações finais, externando que os envolvidos deveriam aprofundar-se nos estudos apresentados, servindo de fomento para as discussões da próxima reunião, de forma presencial, se possível, e solicitou que a Prolagos repassasse os resultados dos últimos monitoramentos da qualidade de água da Lagoa. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Sra. Adriana Saad e o Sr. Francisco Guimarães agradeceram a participação de todos e finalizaram a reunião.

Registro Fotográfico:



Relator: Samara Miranda, revisado por Jéssica Berbat

São Pedro da Aldeia, 17 de agosto de 2020.

FRANCISCO DA ROCHA GUIMARÃES NETO
Coordenador do Grupo de Trabalho para Análise de Estudos sobre Transposição
CBHLSJ